

NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS: MEMÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MOVIMENTO SEM-TETO (FLORIANÓPOLIS-SC, 1984-2008)

Vanessa Moraes de Gouvêa¹

RESUMO: O presente artigo trabalha com narrativas orais de sujeitos que participaram do movimento social urbano dos sem-teto. O objetivo é analisar significados e memórias produzidos sobre esse movimento a partir dos relatos de experiências de homens e mulheres que fizeram parte das lutas por moradia em Florianópolis-SC, a partir de meados da década de 1980. Essa discussão é um desdobramento da pesquisa desenvolvida no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cristiani Bereta da Silva e, que problematiza a construção de memórias sobre os movimentos sociais, nos últimos trinta anos. Para tanto, recortamos algumas das análises elaboradas sobre as narrativas, que constituíram e foram constituídas pelos sujeitos políticos, a fim de visibilizar as significações das experiências e a construção das memórias (individuais e coletivas) dos mesmos acerca da participação no referido movimento social.

PALAVRAS-CHAVES: História oral. Experiência. Movimento social dos sem-teto.

ABSTRACT: This paper is based on oral narratives of individuals in the social movement of urban homeless. The goal is to analyze the meanings and memories made on that movement from the

¹ Mestre em História do Tempo Presente pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/FAED. E-mail para contato: moraesgouvea@gmail.com.

reports of the experiences of men and women who took part in the struggle for housing in Florianópolis, from the mid-1980s. This discussion is an outgrowth of research conducted in the History Pos-Graduation Program of UDESC, under the guidance of Prof. Dr. Cristiani Bereta da Silva, and also discusses the construction of memories about social movements over the past thirty years. To do so we cut some of the analysis prepared on the narratives that have constituted and were constituted by political subjects in order to visualize the meanings of experiences and memories of the building (individual and collective) of the same about the participation in that social movement.

KEYWORDS: Oral History. Experience. Social movement of the homeless.

O interesse pela investigação desta temática deve-se, sobretudo a uma inquietação que remonta à minha infância. Por volta de 1988, quando então, minha família e eu residíamos em Cuiabá, capital do Mato Grosso, um episódio que para muitos seria algo corriqueiro e até mesmo “normal” dado o contexto sociopolítico da época, marcou-me profundamente, a ponto de lançar uma questão que durante muitos anos não se fez calar, e que para tanto serviu de subsídio para a problemática desta pesquisa. Contava, nesta data com seis anos de idade, porém, guardo a lembrança vívida de certo casal acompanhado de seus filhos, abordando minha tia, eu e meus primos enquanto passávamos por uma rua, próxima a casa dessa tia. Este casal, então começou a contar sua história de migrantes da zona rural para a cidade. Estavam em busca de tratamento médico para um de seus filhos, no entanto, encontravam dificuldades para acessar o serviço público de saúde. Já estavam na cidade há algum tempo, sem emprego, sem moradia e sem dinheiro. Não pediram dinheiro e sim algo para dar de comer aos seus filhos. Minha tia, prontamente, se colocou à disposição e pediu que mostrassem o local onde estavam abrigados. O casal então nos

mostrou uma casa que, segundo eles, estava abandonada e por isso eles emprestaram como refúgio, a varanda da mesma. Nos cortes da memória, lembro-me apenas que, depois disso, lá estávamos nós na frente dessa casa, minha tia segurava uma garrafa térmica com café e leite e cada um de nós, segurávamos uma marmitta de comida.

Contudo, a cena mais marcante foi a da mulher segurando um de seus filhos, ainda bebê, os demais filhos em volta dela e de seu marido, ambos chorando e agradecendo o gesto de minha tia. Logo após, a caminho de sua casa, perguntei à minha tia o porquê dessas pessoas não terem onde morar. Não recordo qual foi sua resposta, mas apenas, que essa pergunta ficou latente em mim, transmutando-se em inquietação.

Essa vivência que descrevi acima, longe de ser algo idílico e passível de romantização, é para mim, carregada de emoção, passa pelo sentido, demonstra o quanto nós afetamos e somos afetados por eventos esporádicos, que tendem a cair no esquecimento, dado a multiplicidade de outros acontecimentos instantâneos e que, no entanto, foi capaz de significar minha experiência. Considero que àquela altura da vida, não signifiquei o acontecimento enquanto um aprendizado, e sim como tudo aquilo que eu poderia vir a aprender, por meio da dúvida sobre uma questão que estava implícita: a questão da moradia no Brasil.

Diante do reencontro com minha questão em aberto desde a infância foi possível contextualizar minha pergunta, entendendo-a enquanto um processo histórico, sob a perspectiva das lutas e mobilizações em prol do acesso à moradia, empreendidas pelo movimento social dos sem-teto em Florianópolis, assim como em outras cidades do território brasileiro. Assim, o interesse pela investigação da temática a ser discutida neste trabalho refere-se à pesquisa realizada entre os anos de 2007 e 2008,² acerca

² GOUVÊA, V. M. de. *Narrativas e experiências: Uma história do movimento social dos sem-teto, em Florianópolis, 1980-2008*. 2008 113 f., trabalho de conclusão do curso de História. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/FAED, Florianópolis, 2008.

da história do movimento social dos sem-teto na cidade de Florianópolis, compreendida no período entre 1984 e 2008. Tal pesquisa teve por finalidade investigar os significados produzidos a partir das experiências de sujeitos que participaram deste movimento social urbano. Sendo que, para tanto, as análises foram pautadas em suportes metodológicos que são utilizados por autores que orientam a prática de pesquisa em história oral no tempo presente.

À luz do que ocorreu por todo o país e por vários países da América Latina, em Florianópolis não foi diferente a maneira como se estabeleceu (e vem se estabelecendo) as práticas vinculadas aos Movimentos Sociais por habitação e a relação com o poder público. O município de Florianópolis está inscrito em um quadro de inúmeras paisagens naturais, sendo que vislumbra uma porcentagem relevante do que sobrou da Mata Atlântica, é também, uma cidade que em consequência do fomento ao turismo ao longo da década de 1980 – por parte do empresariado da indústria e do comércio local – passou a atrair todos os anos, principalmente na temporada de verão, milhares de turistas. Fato esse que somado a ascendente valorização das terras na cidade, gerada principalmente pelos investimentos públicos em infraestrutura provocou, a partir da década de 1970, uma crescente especulação imobiliária, que torna cada dia mais difícil o acesso à moradia para as populações de baixa renda. Soma-se a isso, ainda, o contexto das migrações ocorridas, com maior intensidade nos anos 1980, de pessoas vindas de outras cidades do estado de Santa Catarina, bem como de outros estados da federação, para o município de Florianópolis.

Neste ínterim, o movimento dos sem-teto, surge a partir de meados da década de 1980, enquanto um movimento social urbano colocando em debate as disputas presentes na e pela cidade, a qual se configurava alheia às expectativas projetadas pelas elites dominantes.

Assim, este trabalho tem como objetivo central visibilizar os significados que foram atribuídos por meio das experiências dos sujeitos que participaram do movimento social dos sem-

teto, mediante o processo de luta pelo acesso à moradia no município de Florianópolis, tendo em vista as relações que foram estabelecidas, tanto em termos de negociações como de confrontações entre o movimento e o Poder Público Municipal. Para isso, buscamos analisar as narrativas que foram constituídas a partir dos significados políticos instituídos pelos agentes históricos de tal contexto.

Dessa forma, procedem-se algumas considerações acerca dos caminhos metodológicos proporcionados pela História Oral do tempo presente, pois de acordo com Alessandro Portelli,³ a primeira coisa que a torna diferente é aquela que nos conta menos sobre eventos do que sobre significados, sendo que o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Assim, no intuito de recuperarmos para o campo da história as vozes dos atores sociais que participaram do processo de luta e mobilizações pelo acesso à moradia – buscando perceber como esses agentes históricos significaram os interesses, vontades, direitos e práticas inscritas neste processo – realizamos cinco entrevistas abertas, norteadas por um roteiro semiestruturado, de forma individual. Para isso, antes de iniciar as entrevistas individuais, o documento “Termo de Consentimento Livre”, era apresentado ao entrevistado, informando-o sobre os propósitos, procedimentos e questões éticas da pesquisa. Todavia, nenhum dos entrevistados se manifestou em relação à opção de manter ou não seus nomes sob sigilo, sendo que consideramos por bem, adotar nomes fictícios. Também, mantivemos a estrutura das falas dos sujeitos, fiel ao modo como eles direcionaram suas narrativas, ou seja, sem correções gramaticais e dos vícios de linguagem.

Deste modo, com base em conceitos como a “experiência vivida”, noções teóricas e na investigação sobre o contexto histórico no qual o movimento dos sem-teto surgiu na esfera pública, foram

³ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, p. 7- 39, fevereiro de 1997.

analisados, a partir dos depoimentos orais, os discursos que constituíram e foram constituídos por esses sujeitos políticos, enquanto significados instituídos por meio da participação no movimento. Dessa maneira, buscou-se analisar as significações contidas nos relatos destes sujeitos, que vão desde as referências ao estabelecimento de diferentes formas de relacionamento do movimento com o Poder Público Municipal, na sua luta por um espaço público/privado, tais como: as formas de resistência em relação às ações de Reintegração de Posse; as ocupações organizadas de terrenos; o encaminhamento de emendas populares na constituinte municipal; bem como a pressão exercida para a criação de um Fundo de Integração Social no município; também as relações do movimento tanto com a Igreja Católica, como com os partidos políticos. Até a maneira como estes sujeitos significam as questões como a cultura política exercida em Florianópolis, as disputas na e pela cidade, as permanências e rupturas ocasionadas pelas mobilizações promovidas na luta pelo direito à moradia, e o balanço da experiência vivida. Todavia, para fins deste artigo, foram selecionados alguns recortes dos respectivos relatos dos cinco sujeitos entrevistados, a fim de exemplificar principalmente a significação de algumas das experiências vivenciadas pelos mesmos, sem contudo, esgotar todas as significações contidas em suas narrativas.

1- A experiência desvelada pelos caminhos metodológicos da História Oral

O contexto sócio-histórico no qual surgiu o movimento social dos sem-teto remete-nos a um passado recente. Ou seja, remonta a uma análise histórica do processo político de transição do regime militar para o civil, ocorrido em meados da década de 1980, bem como ao advento das mobilizações populares em resposta a crise habitacional que se agravou ao longo desse período e que ainda hoje, repousam sem solução.

O historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *Sobre História*, considera que há algo de verdade em afirmar que “toda história

é história contemporânea disfarçada”,⁴ admitindo ainda que, “na prática, a maior parte do que a história pode nos dizer sobre as sociedades contemporâneas baseia-se em uma combinação entre experiência histórica e perspectiva histórica”.⁵ Mas, ao tecer considerações sobre o “presente como história” e a possibilidade de se escrever a história de nosso próprio tempo, uma vez que, inevitavelmente nos situamos no “*continuum* de nossa própria existência”,⁶ este autor, não deixa de apontar também para a existência de certas dificuldades para o historiador de seu próprio tempo.

Tendo em vista que a relação do historiador com a realidade que o circunda, passa pela sua análise em um contexto temporal contínuo e que a história faz-se com ideias, hipóteses, explicações e interpretações que nos ajudam a descobrir e a construir as fontes, este trabalho tem por intuito refletir acerca dos significados que emergem a partir das experiências dos sujeitos que participaram do movimento social dos sem-teto, tendo por fundamento a evidência oral, ou seja, a utilização de fontes orais.

Cientes de que tais fontes não são objetivas, justifica-se para este trabalho a escolha metodológica dos procedimentos e instrumentos da história oral do tempo presente, por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas, uma vez que, segundo Portelli, o trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável dada a natureza das fontes, sendo que as fontes orais são condições necessárias (não suficientes) para a história das classes não hegemônicas.

Ao dissertar sobre a desatenção à oralidade das fontes orais sustentadas diretamente na teoria interpretativa, Portelli ressalta que a origem é o primeiro aspecto usualmente destacado, pois as fontes orais são capazes de informar sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida, sendo que um segundo aspecto refere-se ao conteúdo, ou seja, a vida

⁴ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243.

⁵ Idem, p. 47.

⁶ Idem, p. 36.

diária e a cultura material destas pessoas e grupos, da qual se destaca também, a experiência.

Este mesmo autor alude para o fato de que as fontes orais podem não acrescentar muito ao que já se sabe, por exemplo, sobre “o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos, mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos”.⁷ Segundo Maria Isaura Queiroz,⁸ a história de vida é o registro do relato de um narrador sobre sua existência por meio do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Sob este aspecto, o pesquisador interfere o mínimo possível na fala do narrador, deixa-o com maior liberdade para selecionar as passagens que julgam significativas. Dessa forma, a própria seleção feita pelo narrador é um elemento a ser explorado na análise, uma vez que, direciona-se a memória do informante especificamente para os acontecimentos que se relacionam diretamente com a temática do trabalho, eliminando-se variáveis secundárias que também concorrem para o fenômeno estudado. Logo, a história de vida permite que um maior número de sutilezas envolvidas no fenômeno social sejam apreendidas; deixa-se ver o que não está explícito ou mesmo o que é “indizível”.

De acordo com Jorge Eduardo Lozano, “abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana”.⁹ Este autor conclui ainda dizendo que, “aprende-se melhor a história oral experimentando-a, praticando-a sistemática e criticamente;

⁷ PORTELLI, Alessandro. Op. cit., p. 31.

⁸ QUEIROZ, M. Isaura. Relatos orais do indizível ao dizível; MACIOTI, Maria Imacolata. Vida Cotidiana. In: *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil/Org.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais).

⁹ LOZANO, Jorge E. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: *Usos e abusos da história ora*. Aceves, 1999, p. 15.

mantendo a disposição de voltar atrás reflexivamente sobre os passos percorridos, com a finalidade de melhorar cada vez mais o nosso desempenho”.¹⁰

Levando-se em consideração de que a memória não é apenas um depositário passivo de fatos, porém um processo ativo de criação de significações, Portelli, argumenta que “a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas mudanças forjadas pela memória”.¹¹ Posto que, tais modificações “revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”.¹²

Neste sentido, ao optar por esta metodologia, este trabalho busca contemplar algumas das experiências que emergiram do processo de luta pelo acesso à moradia, empreendido pelo movimento social dos sem-teto, na cidade de Florianópolis. Para isso, a abordagem deste trabalho pauta-se na utilização da categoria de análise “experiência”, pensada inicialmente, a partir da formulação deste conceito pelo historiador Edward P. Thompson.¹³ Mas, sobretudo, e com o intuito de historicizar as significações que a experiência produziu a partir da relação dos sujeitos com o movimento social dos sem-teto, as análises deste trabalho coadunam-se com as discussões elaboradas por Jorge Larrosa Bondía¹⁴ acerca da noção de experiência.

Cabe ressaltar, porém, segundo o entendimento de Maria da Glória Gohn,¹⁵ ao retomar uma categoria básica de análise

¹⁰ Idem, p. 25.

¹¹ PORTELLI, Alessandro. Op. cit., p. 33.

¹² Idem, p. 33.

¹³ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁴ BONDÍA, J. Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de educação*: n. 19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. de 2002.

¹⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos*

nos marcos do materialismo histórico – que é a da experiência histórica e cultural das pessoas – Thompson, por meio de uma postura teórico-metodológica nada ortodoxa, propõe-se a trabalhar com as experiências das pessoas não apenas como simples atos de ideias, mas também como sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram. Sendo que essa “experiência” deve ser entendida como práxis que envolve uma reflexão tanto pessoal, quanto do grupo social e não tão somente como uma categoria de análise do pesquisador ou ainda como produto que surge na luta de classes. Posto que, para Thompson:

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.¹⁶

Embora estabeleça críticas contundentes ao posicionamento de Thompson acerca dos sujeitos e a experiência, Joan Scott problematiza o projeto de tornar a experiência visível, sob outra perspectiva, pois, segundo esta historiadora:

precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades

e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. London: The Merlin Press. Zahar editores S.A, 1981, p. 99.

que ela produz.¹⁷

Para esta autora, o conceito de experiência formulado por Thompson, “uniu idéias de influências externas e sentimentos subjetivos, o estrutural e o psicológico”, sendo que isso “conferiu ao conceito uma influência mediadora entre a estrutura social e a consciência social”.¹⁸ Contudo, a autora lembra que a história sobre o que era relevante na vida dos trabalhadores, escrita por Thompson, bem como os relatos elaborados por organizadores políticos no século XIX, nada mais são do que ordenamentos seletivos de informações, que por meio da utilização de categorias originárias e relatos teleológicos, acabaram por legitimar um tipo e um modo particular de se fazer história. Sendo que, para autora, Thompson mantém-se muito próximo da forma marxista de se pensar a “consciência em si e para si”, no que diz respeito a utilização do termo “experiência” enquanto uma identidade comum de classe, com raízes em relações estruturais que preexistem à política. Com isso, Scott afirma que “o problema que Thompson buscou abordar não foi, de fato, solucionado”,¹⁹ uma vez que, ao invés de historicizar a categoria de classe em sua história sobre a classe trabalhadora inglesa, ele acabou por essencializá-la.

Essa mesma autora argumenta que o discurso é por definição compartilhado e a experiência é tanto coletiva quanto individual, sendo que esta pode tanto confirmar o que já é conhecido quanto perturbar o que parecia óbvio. Assim, ao explicar que os sujeitos são constituídos discursivamente e que a experiência é um acontecimento linguístico que não acontece fora de significados estabelecidos e muito menos está confinada a uma ordem fixa de significado, também afirma que experiência é a história de um sujeito e a linguagem é o campo no qual a história se constitui.

¹⁷ SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*. São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998, p. 304.

¹⁸ Idem, p. 309.

¹⁹ Idem, p. 311.

Esta compreensão acerca da noção de experiência é problematizada também, por Jorge Larrosa Bondía, que partindo da “convicção de que as palavras produzem sentidos, criam realidades, e às vezes funcionam como potentes mecanismos de subjetivação”.²⁰ Este autor argumenta que a palavra experiência, em suas diversas origens idiomáticas, pode ser entendida como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”.²¹

Em seu texto “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”, Bondía considera necessário separar a noção de experiência do saber das coisas advindo da informação. E, ressalta o fato de que vivemos em um mundo onde muitas coisas se passam e nos acontecem. No entanto, a experiência é cada vez mais rara, em função do excesso de opinião e de trabalho (os quais são erroneamente confundidos com a noção de experiência) e pela falta de tempo, que ao imprimir velocidade nos acontecimentos, pela ânsia do novo, impede não só a apreensão de suas significações como também a memória. A partir destas observações, Bondía, esclarece que “a experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente ‘ex-iste’ de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente”.²² Sendo que o sujeito da experiência se define por uma passividade feita de paixão, “de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial”²³ à sua própria transformação.

Assim, para este autor, a experiência é uma espécie de mediação entre o conhecimento e a vida humana, uma vez que, o saber da experiência se dá na relação entre ambos. Ao sublinhar a qualidade existencial do saber da experiência e frisar a separação entre experimento e experiência, dado que “a lógica

²⁰ BONDÍA, J. Larrosa. Op cit., p. 20-21.

²¹ Idem, p. 21.

²² Idem, p. 25.

²³ Idem, p. 24.

do experimento produz acordo, consenso ou homogeneidade entre os sujeitos, a lógica da experiência produz diferença, heterogeneidade e pluralidade”,²⁴ o referido autor, conclui que “a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido”.²⁵

Seguindo a linha de pensamento de Bondía, penso que a experiência parte da objetivação e subjetivação do material, ou seja, das vivências dos sujeitos, sendo significada a partir da dialeticidade da linguagem, a qual constitui e é constituída pelos sujeitos, suscitando a produção de sentidos múltiplos e significados sobre a mesma. Há que se considerar, portanto, “que a produção de sentidos é construída por meio das diferentes formas do sujeito se apropriar de suas experiências, reflexiva e afetivamente”.²⁶ Assim, contar uma história por meio da versão de alguns sujeitos de uma cidade que se urbanizou (como tantas outras) de forma desordenada e que, nesse processo, acabou obliterando direitos, ocultando pessoas, necessidades, revela que estas mesmas pessoas, que participaram de um mesmo movimento social urbano, têm uma história diferente para contar sobre esse mesmo cenário. Posto que, suas experiências passam por diferentes significações, dado a constituição de cada sujeito.

Contudo, nosso propósito com as discussões acima tem por finalidade situar a escolha teórica e metodológica que norteiam a análise de nosso objeto de estudo. Passemos, então, ao projeto de tornar visível algumas das significações acerca das experiências dos sujeitos que participaram do movimento dos sem-teto, em Florianópolis.

²⁴ Idem, p. 28.

²⁵ Idem, p. 28.

²⁶ GOMES, Marcela de A.. *Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito*. 2008, 120 f., dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, UFSC, 2008, p. 82.

2- Narrativas e experiências: sentidos e significados memoráveis sobre a participação social no movimento social dos sem-teto

A pesquisa de campo foi iniciada em 2007, quando então foram estabelecidos, ainda que de maneira informal, os primeiros contatos com três dos entrevistados deste trabalho. Estes primeiros contatos serviram como uma forma de aproximação desses sujeitos e também para identificação de outros atores que haviam participado do movimento dos sem-teto. Isto de certa forma garantiu que a construção dessa investigação, a partir de depoimentos orais se desse de forma tranquila, dada à facilidade em mapear e convidar os sujeitos que denotavam em seu discurso serem vozes autorizadas para falar do movimento ou mesmo por indicar outros sujeitos, que aos seus olhos também eram portadores dessa capacidade. Contudo, somente em 2008, procederam-se as entrevistas individuais, as quais foram agendadas mediante telefonemas e prévia apresentação dos propósitos e objetivos da pesquisa.

Apoema, foi o primeiro contatado para esta pesquisa, tem 51 anos de idade, nasceu em Santa Rita de Cássia, localizada no oeste do estado da Bahia, foi para São Paulo com seis anos de idade e reside em Florianópolis há 14 anos. Em São Paulo, começou sua militância no movimento sindical, pois era metalúrgico, sendo que no final dos anos de 1970, foi demitido e acabou indo morar na favela. Lá, fundou a Associação de Moradores de Favela do Jardim Comercial, e desde o início dos anos 1980, atuou no movimento dos sem-teto e vem atuando, “principalmente, no movimento comunitário”. Ao chegar em Florianópolis, Apoema lembra que a primeira coisa com a qual se identificou em seu bairro, foi o Conselho Comunitário (que era filiado a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias - Ufeco). Associou-se ao Conselho e, posteriormente, fez parte da gestão de 2000 a 2002. Em seguida, participou da Ufeco, inicialmente, como segundo secretário e depois como presidente, por dois mandatos consecutivos, quando então, participou de

alguns processos de luta por moradia no município. Também, engajou-se na questão do movimento do Passe Livre-Já, e no Conselho Municipal de Transporte, como um dos representantes da Ufeco. Atualmente, Apoema é marceneiro e lustrador de móveis e ele também continua militando em questões ligadas à moradia mediante a representação da Ufeco.

Avaré foi o segundo contatado para a realização da entrevista, disponibilizando-se de imediato, tem 58 anos de idade, é economista aposentado, nascido em Florianópolis e sempre residiu no bairro Campeche. Foi vereador por dois mandatos, sendo que no primeiro era filiado ao partido dos Trabalhadores (PT) e durante o segundo se desvinculou do mesmo, cumprindo o mandato sem vinculação a nenhum outro partido político. Sua participação no movimento dos sem-teto deu-se entre os anos de 1986 e 1993. No entanto, sempre esteve ligado a movimentos populares, participou também do “movimento dos direitos humanos”. Sendo que, atualmente, participa das discussões acerca do Plano Diretor Participativo do município e das mobilizações empreendidas pela “Panae” (designação derivada do nome da empresa aérea “Pan-air”) também em torno das questões habitacionais, na região continental de Florianópolis.

Iracema, por sua vez, foi a terceira entrevistada desta pesquisa, tem 56 anos de idade, profissionalmente é cozinheira e nasceu em São Bonifácio, localizado na Grande Florianópolis, mas desde um ano de idade reside em Florianópolis. De todos os entrevistados, Iracema foi a única que participou do movimento enquanto sem-teto, propriamente. Desde quando chegou à cidade, morou no morro do Mocotó, sendo que só em 1990 aderiu ao movimento dos sem-teto, participando da ocupação do Novo Horizonte, posteriormente no terreno localizado na Colônia, e por fim, da ocupação que gerou a Comunidade Nova Esperança. Atualmente, Iracema continua militando no Carmocris (Conselho das Associações da Região do Monte Cristo).

O primeiro contato estabelecido com Açucena, nossa quarta entrevistada, deu-se no final de 2007, durante uma assembleia geral dos moradores da Comunidade Nova Esperança, ao tempo

da entrevista contava com 53 anos de idade, trabalhou durante muito tempo como professora e, hoje, anuncia-se como artista plástica. Nasceu na Palhoça-SC, morou em vários lugares, sendo que Brasília foi o último local que morou, antes de voltar para Florianópolis, em 1984. Esta data marca o início de sua participação no movimento dos sem-teto, uma vez que, Açucena foi uma das assessoras do Caprom (Centro de Apoio e Promoção do Migrante), contratada pelo padre da Igreja Santo Antônio para tratar da problemática dos migrantes na cidade. Segundo esta entrevistada, em 1992, ao assumir uma secretaria municipal, ela passou a atuar no movimento a partir do serviço público. Atualmente, milita e trabalha em um projeto social, com sede no bairro Monte Serrat, localizado no Maciço do Morro da Cruz.

Abaçai, nosso último entrevistado, foi referenciado em todas as demais entrevistas como uma das lideranças do movimento. O contato com ele em um primeiro momento se deu também por telefone e depois pessoalmente, logo após a entrevista com Açucena, na sede do projeto social acima mencionado, uma vez que Abaçai é o coordenador do projeto. Ele tem 54 anos de idade, nasceu em Brusque, mora em Florianópolis há 30 anos, é padre e educador popular. Participou no movimento desde a sua criação, por meio da atuação do Caprom até 1995.

Portanto, foram entrevistados cinco sujeitos que militaram no movimento social dos sem-teto entre meados da década de 1980 e início dos anos de 1990, sendo que dentre eles apenas Iracema era, ao tempo das ocupações e mobilizações, uma sem-teto. Os demais, que vinham de um processo histórico de lutas e mobilizações populares, aderiram ao movimento ou por identificação e solidarização à causa da reivindicação de moradia ou mesmo pelo próprio ofício que desempenhavam como foi o caso dos entrevistados que na época, eram membros da Igreja Católica.

Como a finalidade desta pesquisa é analisar as significações que emergiram por meio da participação sociopolítica no movimento dos sem-teto, faz-se necessário olharmos para as experiências vivenciadas por estes sujeitos, que por razões

diversas, se interessaram em participar do movimento dos sem-teto. Assim, temos que tornar o movimento visível não só capacitamos a compreender a relação entre as atividades pessoais de seus integrantes e a política, como também, “quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaescentes e abre novas possibilidades para todos”.²⁷

Com isso, a categoria experiência não é utilizada neste trabalho como origem (evidência) do conhecimento destes sujeitos sobre o movimento. O que nos importa é o “saber da experiência”.²⁸ E isto pôde ser percebido na própria forma como os sujeitos entrevistados, ao acessarem suas memórias sobre o processo histórico do movimento dos sem-teto, selecionaram diferentes maneiras e eventos sobre o mesmo em seus discursos. A exemplo de quando indagados sobre a história do movimento, Açucena, Avaré e Abaçai foram unânimes em referir o surgimento do mesmo, em função da demanda migratória e das resistências às ações de “despejo” por parte daqueles que já ocupavam terrenos nas regiões de morro da cidade. Já Iracema recuperou sua perspectiva, pelo viés singular, significando o coletivo a partir do individual:

A história do movimento... é... tem bastante história do movimento (risos) interessante de falar. E eu vou falar da comunidade Nova Esperança e depois... eu participei primeiro... com o Movimento Sem-teto, da ocupação Novo Horizonte. Foi a primeira ocupação em Florianópolis organizada. Nessa, eu não ocupei, eu só participei como amiga do padre..., e moradora do Mocotó. Na segunda, eu fui preparada também pra ocupar. Por que aí não foi possível a moradia, né, que os governos fizessem moradia popular, quem fazia, o que existia de moradia em Florianópolis não dava pra gente, nosso nível, tá pagando, né. E aí ocupamos na Nova Esperança. Viemos com a ocupação organizada, cada um com o seu lote, foi... isso, alguns membros escolheram o terreno, e a gente já sabia pra onde ia morar. (Iracema)

²⁷ SCOTT, Joan. Op. cit., p. 298.

²⁸ BONDÍA, J. Larrosa. Op. cit., p. 27.

Os sujeitos entrevistados ao recuperarem em suas memórias as situações de enfrentamento perante as investidas do poder público, para o cumprimento de ações de reintegração de posse em relação aos terrenos que já se encontravam ocupados antes da ação do movimento, como também o contexto das ocupações organizadas pelo mesmo, o fazem descrevendo-as como formas de resistências:

Das ocupações... primeiro, né. A resistência, né. As pessoas não desistiram nunca. Sofreram, e eu sempre costumo dizer, né, que ninguém, assim... se sujeita à morar naquelas condições, sem saneamento básico, sem água,... sem luz pra poder procurar... ninguém se sujeita à uma condição dessas se não tiver necessidade, né. Então, foi bastante... a resistência foi o ponto fundamental, né. [...] até as pessoas, às vezes, nesses momentos, chegam a perder o emprego, por que tem que ficar lá pra resistir, tem que ficar ... até pra participar da reunião... (Avaré)

Esse caráter de resistência aparece por um outro viés, nos relatos de Apoema que ao narrar os históricos de algumas comunidades ameaçadas por despejo, ao longo da década de 1990, leva-o a fazer um balanço sobre o movimento:

Então péra lá: que soluções de moradia está se encontrando? Então a gente vê três movimentos, né, pegando a Panae, que foi um movimento de resistência, a Vila Santa Rosa, movimento de resistência, Vila Aparecida, movimento de resistência, e Ponta do Leal, movimento de resistência. Que significa que – nós não queremos sair, nós queremos ficar. O único movimento que propõe uma saída, uma alternativa, e não quer ficar, é a Vila do Arvoredo, a favela do Siri, por conta da ocupação das dunas, que ali, realmente, eles são convencidos que ali não é lugar de se morar, se está ali por uma circunstância. Então, tem todo esse movimento... (Apoema)

Em todos os casos, as resistências se dão de forma coletiva, posto que se referem a um objetivo comum de várias famílias se

manterem na mesma área reivindicada pelo mesmo adversário, ou seja, aquele que se diz proprietário do terreno ocupado. Contudo, as resistências assumem contornos diferenciados conforme as situações em que são verificadas. Assim, na fala de Avaré, bem como nas falas de outros sujeitos entrevistados, a resistência se dá em um primeiro momento como oposição e impedimento às ações de despejo, já durante as ocupações organizadas pelo movimento dos sem-teto, as resistências se dão no sentido não só de permanecer no local, como também no sentido físico e psicológico. Por um outro lado, a fala de Apoema denota certa acomodação em relação às intenções dos moradores das comunidades mencionadas por ele. O que não significa que suas formas de resistência foram práticas sem nenhuma consequência ou mesmo conformistas. Mas, que se articularam no sentido de permanecer em suas moradias sem, contudo, fomentar maiores discussões sobre a questão habitacional na cidade, não alterando, dessa forma, as relações de dominação.

Temos que os sujeitos entrevistados significaram diversas situações e eventos, a exemplo das “ações de despejo” e das ocupações, como sendo significativos expoentes da “disputa simbólica” que instituiu um debate sobre a cidade em torno das desigualdades sociais, oriundas do modelo de desenvolvimento urbano adotado “pelo empresariado da indústria do turismo e do comércio, administradores públicos e agentes políticos locais vinculados a partidos conservadores”²⁹.

Com o surgimento do movimento social dos sem-teto no cenário político de Florianópolis, institucionalizado na figura do Caprom, as disputas na (e pela) cidade tornam-se visíveis:

começa a assumir contornos mais nítidos um debate em torno da figura do migrante, cuja presença estabelecia uma nova paisagem na cidade. É no aparecimento e na visualização das favelas por toda a cidade que a ‘questão social’ é evidenciada

²⁹ FANTIN, M. *A cidade dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 17.

e incorporada ao cotidiano da cidade. E, no aparecimento desta nova paisagem, coloca-se em jogo que imagem de cidade se pretende instituir – imagem esta que é carregada de distintos significados políticos. O conflito então emergente, mesmo que ainda incipiente, coloca-se numa tensão em torno de significados que diferentes setores da sociedade procuram instituir na cidade e sobre a cidade.³⁰

Estas disputas, no entanto, tornaram-se mais acirradas quando surgiram as primeiras ocupações de terrenos, organizadas pelo Caprom, as quais foram encaradas pelos mais variados setores da sociedade local como uma afronta passível de repúdio e resistência.

No jornal *O Estado* de Santa Catarina, as notícias sobre a questão da moradia colocaram em circulação, ainda que de forma surda, essas disputas na e pela cidade. A figura do Caprom, acionada em diversas manchetes, trazendo seus representantes como porta-vozes do movimento, aparece nas narrativas jornalísticas como um ente mediador das necessidades, interesses e conflitos que os sem-teto vivenciavam perante o jogo político existente devido a correlação de forças inscrita no processo. Entretanto, as notícias se direcionam para as questões das desapropriações e assentamentos em áreas urbanas, sob uma perspectiva isolada e estigmatizante, fazendo uso, por vezes, dos termos “favelados” e “invasores”, identificando os indivíduos desprovidos de casa e aparelhamento urbano como sendo indesejados. Nota-se, com isso, que os sem-teto são apresentados como vítimas, mas, ao mesmo tempo, como sujeitos naturais da desordem urbana. A maioria das narrativas, assim, legitima e acomoda preconceitos, promovendo o esquecimento acerca das causas sociais da falta de moradia.

³⁰ CANELLA, Francisco. *A UFECO e o movimento dos sem-teto – Práticas instituintes nos espaços políticos da cidade*. 1992, 153 f., dissertação (Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis: 1992, p. 89.

A partir do governo de Edson Andrino,³¹ a imagem de Florianópolis que passou a ser instituída por meio da mídia, do discurso oficial por parte do poder público, bem como pelos setores empresariais, era a de uma cidade propícia às atividades turísticas. Essa suposta vocação fundamentava-se (e ainda fundamenta-se) no repertório das condições naturais presentes na ilha, tais como as 42 praias ou mesmo pela afirmação de que, mesmo sendo uma capital, não apresentava os problemas recorrentes que as cidades de grande porte enfrentavam, a exemplo da violência e dos desdobramentos da miséria. É nesse contexto, sob a gestão municipal de Edson Andrino, que surge o slogan “Ilha da Magia”, como mecanismo capaz de legitimar e sustentar uma imagem da cidade que as elites dominantes, detentoras do poder, naquele momento, objetivavam comercializar. Soma-se a isto a ascendente valorização das terras na cidade, gerada, principalmente, pelos investimentos públicos em infraestrutura que, a partir da década de 1970, provocou uma crescente especulação imobiliária, tornando cada dia mais difícil o acesso à moradia para as populações de baixa renda.

Ao comentar sobre o aparecimento de matérias na imprensa local, que tratavam dos fluxos migratórios e da proliferação das favelas, ora com um tom de denúncia sobre as péssimas condições de vida dessas pessoas, ora com um tom de indignação e rechaço, Canella evidencia que a perplexidade diante do assunto, por parte da imprensa, revelava-se como se novidade fosse. Mais do que isso, delineava-se os contornos da disputa pelo espaço urbano, por meio do confronto entre uma cidade idealizada, que via nessas questões uma ameaça para a imagem

³¹ Edson Andrino nasceu em Florianópolis-SC, em 18 de dezembro de 1945; formou-se em Direito pela UFSC, foi um dos fundadores do MDB em Santa Catarina, vereador por duas legislaturas seguidas (1973-1977 e 1978-1982), deputado estadual pelo PMDB, de 1983 até 1985, quando se candidatou para a Prefeitura de Florianópolis. Foi eleito, com cerca de 47% dos votos contra 35% de Francisco de Assis Filho do PDS, que até 1985, tinha sido chefe da Casa Civil do governo de Espiridião Amin, o qual sucedeu Andrino na Prefeitura, a partir de 1988.

que se almejava da mesma e uma cidade que se conformava, segundo as necessidades daqueles que aqui já se encontravam em situação de miséria, ou que aqui chegavam em busca de melhores condições de vida.

No começo da década de 1990, a solução para a questão da migração, encontrada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, que estava sob o comando do PFL, por meio da gestão de Bulcão Viana,³² foi a de devolver os migrantes que chegavam à cidade. O jornal, em 13 de fevereiro de 1992, noticiou que a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) da Prefeitura de Florianópolis estava devolvendo todos os migrantes às suas cidades de origem, pagando as passagens de volta e colocando-os nos ônibus. A iniciativa do órgão da prefeitura é validada pela narrativa jornalística, por meio da denúncia de que, a procura por trabalho não parecia ser a maior preocupação dos migrantes que, “no meio da tarde”, estavam “acomodados” sob a ponte Colombo Salles “num sono profundo”.³³

O jornal *O Estado*, que nessa época assumira uma postura mais combativa em relação ao movimento dos sem-teto, bem como à crescente migração de pessoas pobres, por meio de representações em que as ações dos mesmos aparecem como “cobiça por teto”,³⁴ produziu narrativas que ovacionam as ações da Prefeitura, como as das seguintes notas publicadas no mesmo dia:

Além de consolidar-se como um dos maiores pólos turísticos do país, Florianópolis vem se mostrando também, nos últimos anos, como um grande centro receptor de correntes migratórias no estado. A constatação é feita pela prefeitura que, preocupada em evitar a

³² Em 1988, Espiridião Amin, que havia sido governador do estado de Santa Catarina até 1987, foi eleito prefeito de Florianópolis, tendo como vice, Bulcão Viana. Em 1989, Espiridião deixa o cargo para se candidatar a senador e Bulcão Viana assume, dando continuidade aos interesses da coligação entre o PFL, PDS, PTB e PDC.

³³ Prefeitura está devolvendo os migrantes que chegam à cidade. *O Estado*, 13 fev. 1992.

³⁴ Abre o olho. *O Estado*, 21 e 22 abr. 1992.

proliferação de favelas na capital, criou no final do ano passado o Projeto Migrantes. Através dele, foram cadastrados e devolvidos aos locais de origem 231 pessoas. Futuramente, deverão ser colocadas barreiras em todas as entradas da cidade, além de ser implantada uma rede de observação e triagem, a fim de impedir que aumente ainda mais o número de sem-tetos atualmente existentes cerca de 40 mil em todo o município.³⁵

O Projeto Migrante, da Prefeitura de Florianópolis, continua todo vapor. Somente no primeiro semestre deste ano, conseguir fazer com que 231 pessoas deixassem Floripa e voltassem às suas cidades de origem, porque aqui não tinham muito o que fazer, a não ser viver sub humanamente. A maior incidência de migrantes é do interior do estado, contribuindo com 55% do total. Os municípios que continuam mandando mais migrantes para Florianópolis são Chapecó e Lages. Paulistas, cariocas e nordestinos contribuem com os outros 45%.³⁶

O jornal, a um só tempo, promove a rememoração acerca da vocação de Florianópolis para o turismo que, a essa altura, em meio ao processo de globalização, já se autodenominava “Capital Turística do Mercosul”,³⁷ esquecendo dos fatores e das questões sócio-históricas que levaram os sujeitos a migrar para a capital e viver em condições “sub-humanas”. As referências, tanto as medidas estabelecidas por meio do “Projeto Migrante”, quanto as almejadas, como a “construção de barreiras em todas as entradas da cidade” legitimam as segregações e discriminações impostas aos considerados “de fora”, ou seja, aos “migrantes pobres”. Com isso, acaba reiterando os sentidos produzidos acerca dos mesmos que os identificavam como “indesejados” e como eles deveriam ser lembrados.

³⁵ Migrantes terão entrada proibida em Florianópolis. *O Estado*, 14 ago. 1992.

³⁶ Dando certo. *O Estado*, 14 ago. 1992.

³⁷ Márcia Fantin (2000, p. 230), comenta que “este título foi divulgado durante a gestão da Frente Popular”.

Ressalte-se que a ocupação desordenada do solo, consequência do fenômeno do crescimento vertiginoso da população, tornou-se alvo da especulação imobiliária. Sendo que “o poder estatal também não acompanha a demanda de serviços às comunidades que crescem, estando muitas vezes orientado para a defesa dos interesses de empreiteiras e grandes empresas de turismo”.³⁸

Neste tocante, dois dos sujeitos entrevistados ao encadearem seus discursos sobre os processos de ocupações, atentaram para o fato do entrelaçamento dos interesses da especulação imobiliária aos interesses do poder público:

aqui na Queimada, é uma ação de despejo que tem ali. Mas não aconteceria numa comunidade que já tem mais de sessenta anos, ela não teria hoje despejo. Isso é uma, é uma jogada política e de marketing do dono da terra e da prefeitura, [...] anuncia que vai ter o despejo, faz a população se mobilizar pra poder,... justificar o processo de desapropriação e pagar bem ao dono do terreno. Mas não é de que... de que vai ter ou de que vai... não. Mas se fosse ter o despejo, com certeza haveria uma mobilização (Açucena)

Açucena revela ainda em seu discurso, a tentativa por parte do poder público e de outros particulares em tentar fazer do movimento social um instrumento de manobra para manutenção de seus interesses:

Nós fomos procurados muitas vezes por donos de terras, pra nos solidarizarmos a eles, fazermos a nossa parte de pressão pra que eles pudessem ser, ... indenizados, né. Não fizemos. Depois fomos procurados pela prefeitura na tentativa de acordo que ... a proposta era: de que o dono da terra vai acionar o processo na justiça, vai...,

³⁸ LUCHMANN, Lígia H. H.; NOBRE, Andriu; CARVALHO, Leonardo A da Cunha; MARTINS, Moreno S.. Identidades e Diferenças no Movimento Comunitário de Florianópolis. In: SCHERER-WARREN, I. & CHAVES, I. M.(Org.). *Associativismo Civil em Santa Catarina: Trajetórias e Tendências*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 62.

pra que a sentença judicial saia, e nós, nós não poderíamos relaxar a guarda, nós teríamos que... garantir a mobilização interna pra que pudesse tornar... pra que o problema pudesse se tornar... , tenso, pra que a imprensa pudesse colocar,... como uma situação tensa. Então nós tínhamos que fazer isso pra que a prefeitura pudesse,... indenizar o dono do terreno, justificando um problema social, e não pudesse sofrer as críticas da sociedade, e as críticas na imprensa, de que estaria beneficiando população pobre. (Açucena)

As tentativas de cooptação do movimento, no entanto, não paravam por aí, sendo que muitas vezes se estendiam aos momentos de máximo tensionamento e em outras situações surgiam como pretensas formas legais de se viabilizar a conquista pela moradia digna, a partir da mediação do movimento:

Propostas outras de... até na hora da execução do despejo... (pausa), o comando da polícia chegava pra nós e dizer, ou o oficial de justiça e dizer, enquanto os nossos direitos, quando, num despejo é quando você encosta uma caçamba e os empregados do fórum começam a fazer demolição, você tem que registrar as coisas, objeto por objeto. Então, que o processo, isso fosse feito, pra poder gerar um auê na cidade, e a gente fizesse o registro,... bem demorado, pra que pudesse... dar tempo de... reverter a situação e aí de novo ser resolvido o acordo entre proprietário e prefeitura. Acordo de... desapropriação. Então, tem assim, um monte de situações... é... imobiliárias clandestinas, de virem fazer oferta... de ceder pro movimento tantos lotes, desde que a gente garantisse e defendesse a venda pra que eles pudessem vender outros, não sei quantos lotes por... valores baixos. Então é... na hora em que começa a acontecer ... na hora que eles começam a perceber que tem... vários interesses, se manifestam. (Açucena)

Essas práticas mesmo não encontrando respaldo no movimento dos sem-teto ao longo da década de 1980, continuaram presentes no palco da cidade, repercutindo em outros cenários, por meio de diferentes atuações, a exemplo do ocorrido na Vila Aparecida:

Então na região continental, lá, ... era uma área de APP, e tinha uma dona do terreno, que chama-se Sissi Gama D'eça, incentivou aquelas famílias ocuparem o terreno sabendo que ... ela não tinha valor, ... valor comercial, por que é uma área de APP, ela nunca poderia construir, e ela incentivou que os moradores ocupassem, com o seguinte argumento pros moradores ingenuamente, né, que iam ocupando: 'olha, vocês vão ocupando aí por que eu sou amiga da prefeita, depois eu me entendo com ela.' Quando as famílias ocuparam, ela entrou com um processo de reintegração de posse. (Apoema)

Neste relato, o sujeito entrevistado significa o fato em relação à má-fé da proprietária e a "ingenuidade" dos ocupantes ao acreditarem na relação de "compadrio" desta com a prefeita em exercício na época. O desfecho deste episódio, no entanto, remete-nos tanto para a fala de Açucena de que a partir das ações dos moradores de ocupações, "que os donos das terras se mobilizaram em função de acabar tendo ali a sua oportunidade", como para o jogo político característico da cultura política presente em Florianópolis:

O que nós soubemos também foi de um dia pra noite, um trator ia chegar lá no outro dia e ia fazer despejo. Novamente nós nos mobilizamos, a Ufeco, com a comunidade, e barramos o trator na marra, e suspendemos e fizemos uma caminhada,... da Vila Aparecida lá no Continente até o gabinete da prefeita. E ia dizendo, 'olha, nós não sabíamos, e tal , e... pronde é que nós vamos?', né , então foi todo um movimento que a gente fez, conseguimos a suspensão sobre... o despejo, ..., e tentamos negociar com a prefeitura. Encerra-se o período da Angela Amim e entra o prefeito Dário Berger. Com o prefeito Dário Berger, a gente envolveu a procuradoria do município por que tratava-se de uma área, primeiro de APP, segundo, é... uma área em que a prefeitura, ..., não poderia tá, fazendo...esse despejo, né, uma área de APP, numa situação como tal sem ter uma alternativa. O que que ela fez a princípio – decretou uma área lá de utilidade pública, e com isso, ... suspende

o despejo. E aí ficou à negociar, sabe lá quando, com a Sissi Gama D'êça, que era o objetivo que a Sissi queria, na época. Mas isso, o que que tá acontecendo na Vila Aparecida? O processo continua... o fato de ter decretado a área de utilidade pública perdeu seu efeito, ... do ponto de vista do despejo, e a Sissi agora, o Dário, né, numa estratégia, tá protelando, por que agora fica a vontade dele. (Apoema)

Entendemos a cultura política “como a construção social particular em cada sociedade do que conta como o político”,³⁹ ou seja, como “o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas”.⁴⁰ Com isso, temos que as políticas culturais dos movimentos sociais, acabam necessariamente enfrentando, seja pelo desafio ou pela desestabilização, as culturas políticas dominantes. Assim, na medida em que as articulações discursivas dos sujeitos entrevistados, originadas a partir das práticas culturais existentes no contexto sócio-histórico e político de Florianópolis, resultaram em uma política cultural, temos que o movimento dos sem-teto ao colocar em ação essa política cultural, acabou gerando efeitos sobre a cultura política da cidade. Sendo que essa cultura política de que falamos podem ser vislumbradas na maneira como os sujeitos articulam suas narrativas a partir da política cultural que experimentaram e ainda experimentam:

Eu aprendi no Mocotó isso, o seguinte: quem incomoda é que melhora a frente da sua casa; por que se você tá contente o político só aparece na hora do voto e esquece que você existe. Quem tem que reclamar é você que mora lá naquele local. Por que, eu acho

³⁹ ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. & ESCOBAR, A.. O Cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. & ESCOBAR, A..(Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 25.

⁴⁰ Idem, p. 25.

muito legal a assessoria que vem pra cá, vez em quando liga e eles acham que eu sou até mal-criada, mas assessoria que vem, vai embora, quem fica sou eu, tá, e eu é que sei o que mais é melhor... o que é melhor pra mim, e o que eu preciso... (Iracema)

Em outra fala de Iracema, a questão do voto é novamente referenciada, a partir da significação das relações de favor, tipicamente, clientelistas e paternalistas, como mantenedoras de um poder político excludente:

chega época de eleição, aparece um monte de vereador de fora, às vezes paga a luz, a água e telefone, ou às vezes levam o talão de água, luz e telefone e depois que passou a campanha, a Casam, a Celesc, e a Telesc vêm e cortam a nossa luz, a nossa água e o nosso telefone, trazem cesta de alimentação e nada fazem. Agora eu digo uma coisa, eu canso de dizer lá na comunidade, quem vende o seu voto pode ser pelo quilo do feijão, depois não pode cobrar mais nada, por que você já vendeu, já cobrou. Sabe que nós não temos um vereador. Ontem de noite eu fui numa reunião que, eu tenho meu partido político, não vou dizer qual é, mas eu tenho, fui numa reunião aonde... um vereador ... ali, do Jardim Atlântico, e o outro, aqui de Capoeiras,... são pré-candidatos... Aí eles diz ' ah, eu sou de Capoeiras, eu represento Capoeiras, ... aí o outro, 'eu sou do Jardim Atlântico'... eu deixei que os dois, todo mundo tinha se colocado, deixei que os dois se colocassem, ..., depois disse pra eles: 'olha, não acho que nenhum de vocês dois têm condição de me representar; o de Capoeiras, em primeiro lugar, devo dizer pra você o seguinte: a maior parte ... dos lotes que você tem é meu, é do Monte Cristo, é da nossa região, são da nossa região. E você é irmão de um padre muito conhecido, de coração, ..., mas também não conhece nada, por que, ou você vai representar o Jardim Atlântico, e você vai representar Capoeiras, nós somos do Monte Cristo, temos trinta mil moradores, não temos vereador, nosso povo de lá é pobre e ainda continua sendo burro, porque vota em vocês'. (Iracema)

Esta lógica da cultura política verificada em Florianópolis é

significada por Avaré a partir de outra prática política empreendida pelo governo do estado no final do regime militar, como forma de mascarar a distância existente entre a sociedade civil e a política, no intuito de mapear as lideranças atuantes nos movimentos populares:

aqui no Campeche é um exemplo, né, ... tem duas instituições, assim, no Movimento Popular (riso), né, tem o Centro Comunitário e tem a Associação dos Moradores. Quase toda Florianópolis tem isso. O que era o Conselho Comunitário: ... era um braço, inclusive teve um certo tempo aí, o governador era o Jorge Bornhausen, lançou ... os comandos sociais. O que eram os comandos sociais? ... eram buscar estagiários lá da universidade, pra detectar (risadas) embora não... os alunos não sabiam que era isso, né, mas detectar as lideranças, né, e depois pro governo vir pra dar apoio ao governo militar, então através dessas lideranças eles vinham cooptar, através de emprego, através de emprego pra parentes, ou... material de construção, uma série de coisas. (Avaré)

Há que se salientar que, os sujeitos entrevistados ao recordarem sobre suas trajetórias de vida e de participação no movimento dos sem-teto, não se restringem à romantização do processo e sim, referenciam um passado de lutas e mobilizações pela moradia “como portadora de um sentido mais amplo: uma faceta da luta pelo direito à cidade”⁴¹ que ainda hoje se faz presente:

Eu acho que nós... fomos muito bem preparados, pra ocupar. Nós não fomos preparados pra dizer o que a gente precisava depois da ocupação, a gente precisa de moradia, sim, mas eu acho que mais [...] eu, da Nova Esperança, do Monte Cristo, por que hoje eu já não me considero só da Nova Esperança, eu me considero ...

⁴¹ PETUBA, Rosângela. M. da Silva. *Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir, Uberlândia 1990-2000*. 2001, 117 f., dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia. Departamento de História, Uberlândia, 2001, p. 92.

que moro no Monte Cristo, que tem que melhorar o Monte Cristo, pra poder tá melhorando. E eu acho que, mais importante pra nós hoje, educação. Povo com educação, é povo com moradia, é povo com saúde, é povo com cultura. (Iracema)

Neste sentido, tem-se que os sujeitos entrevistados ao voltar seus olhares para o passado com os olhos e as contaminações do presente, avaliando suas vivências e trajetórias, contabilizam a experiência vivida a partir do movimento dos sem-teto:

eu podia ter aprendido mais. Eu acho que aprendi um pouco, sabe, mas nem sempre [...] às vezes me dá até revolta, do que eu aprendi. [...] fiz um curso na Udesc, Curso de Liderança Comunitária com mais um monte de gente. [...] Eu aproveitei o curso só que não ando por aqui tentando fazer alguma coisa, e muita gente que também fizeram curso, aproveitaram o curso pra dar... uma rasteira na gente, até os próprios pessoal que nos... pagou esse curso, entendeu... é isso que às vezes entristece muito na experiência que eu tenho. Ver assim, gente que... fez o curso, continua fazendo o curso, e quando assume a... Associação de Moradores não são democráticos, aí eu posso, eu mando e eu quero. Por favor... (risos)... Com licença, e obrigada. É difícil quando você assume o poder e o dinheiro. (Iracema)

A experiência é assim percebida como um processo de aprendizado pessoal e conseqüentemente político, por meio da troca com pessoas do movimento, mas também com outros movimentos, em momentos de superação das dificuldades, seja pelos laços de solidariedade ou pela ressignificação de valores inscritos no jogo político ou mesmo de conceitos como democracia, cidadania.

Olha, eu acho que a nossa experiência de vida na época foi um grande aprendizado, por que a gente entrou de cheio dentro desse processo, né, e a gente foi aprendendo junto com os próprio moradores de rua à desvelar a realidade fundiária, na

vida da cidade, e ao mesmo tempo rediscutir com as questões institucionais. Do ponto de vista do exercício da cidadania, foi um grande... espaço laboratorial, né, e... do ponto de vista de a gente poder tecer, perceber as correlações de força, trabalhar em cima dessas questões, não. Então avaliaria a nossa experiência como, ao mesmo tempo que a gente aprendeu, também a gente partilhou muito, né. Partilhou muito o processo, não. Acho que foi muito em cima de um patamar de reciprocidade também. De aprendizado, de saberes, né, de saberes das pessoas, dos nossos saberes, foi uma grande... entrosamento desses processos todos. De aglutinação de tantas pessoas que vieram, não. Acho que a gente foi um pouco um pólo, meio catalisador, de diversos segmentos sociais, né, a linha jurídica, né, o processo da arquitetura, a linha da administração, essas interfaces que se construiu no processo do trabalho do Movimento, [...]. Hoje, pra mim, nós estamos em outros tempos. Por que o Movimento também não se cristalizou. Também nem a própria vida da gente pode se cristalizar naquilo, não. Acho que hoje a gente vive... acho que o Movimento nos deu uma visão da cidade. De compreender a problemática urbana e os nós que produzem a cidade. (Abaçai)

Nos dizeres de Rosângela Petuba, “por meio das falas, vai-se acompanhando o significado profundo – que jamais poderá ser de todo apreendido, porque, sendo histórico, é inacabado e inconcluso”⁴² e que, porém, não deixam escapar “o saldo da experiência vivida”.⁴³ Lembrando que a experiência é uma mediação entre o conhecimento e a vida humana, e o saber da experiência se dá na relação entre ambos, o testemunho de Açucena é emblemático por exemplificar a noção do saber da experiência, sublinhado por Bondía:

no Movimento, eu aprendi,... a mediar relações, eu aprendi a conquistar e a ganhar lutas sem ter que partir pra violência, eu

⁴² Idem, p.101.

⁴³ Idem, p.101.

aprendi, ... métodos ... não violentos ... eu aprendi a ser tolerante, paciente, eu aprendi ... a pedir desculpas... aprendi a gerar a oportunidade de você me pedir desculpas, né, que quando tu pega um ocupante que tá nervoso, tá irado, tá grosso, malcriado, e ele te manda à puta que pariu, na hora que tu tá ali cansada, aquilo é uma ofensa, por que tu tá cansada já e, aí depois tu já, já despacha ele também, manda ele andar pra algum lugar, 'vai relaxar, não quero falar contigo', e ele fica num canto amuado, depois ele se ligou no que ele fez, e aí você sabe que ele não vai ter coragem de chegar pra você e dizer, 'me desculpe, o que eu falei que eu tava muito nervoso, ou nervosa', né. Então[...] eu construía, ficava maquinando, de que forma eu vou gerar pra ele a oportunidade de ele perceber o que ele fez, e me pedir desculpas, né. Construir esse processo... Aprendi à ouvir, à ouvir os relatos das pessoas, e a... tentar buscar as entrelinhas, né, fazer a leitura do que ele tá querendo me dizer mas não consegue verbalizar... a criar resistência física... quando tu vê que a carne treme, tu não tem controle sobre ela mais, ... tu tá fazendo uma coisa, mas o teu corpo tá pulando, a tua carne tá pulando... E aí eu aprendi que tremem as carnes dos pobres e as carnes dos ricos e tremem as carnes...de quem tá na batalha de frente mas, treme a carne do comando policial, do governador. Eu vi! [...] aprendi que quando minha carne tremeu, é quando eu não tinha controle sobre ... o processo. Nem meu! Mais... e aí eu vou dizer, mas então, ele também não tem controle. Ele é frágil. Então, se ele é frágil... Se ele tá tremendo, é por que nós podemos. Né, por que se nós não pudéssemos, ele não ia, não ia deixar, não ia perder o controle. (Açucena)

O aprendizado mediado pela experiência para Açucena coaduna-se com o entendimento de Bondía de que "se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão".⁴⁴ Posto que, para este autor, a experiência só pode ser captada a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto um sujeito passional, ou seja, por uma lógica da paixão.

⁴⁴ BONDÍA, J. Larrosa. Op. cit., p. 26.

Tem-se que, na medida em que os movimentos sociais questionaram por meio de suas ações essa lógica de urbanização, ampliando o sentido de suas reivindicações, houve um redimensionamento “na perspectiva da conquista ao direito de participação no fazer-se da cidade”.⁴⁵

Hoje, eu vejo que Florianópolis, [...] o movimento popular que existe na cidade é em torno do Plano Diretor. E com uma grande dificuldade por causa dessa política. Eu sempre tive a universidade... sempre fiz crítica aos estágios, né... os alunos que vão lá, ficam um ano, um ano e meio, depois nunca mais dão retorno, né, e o segundo momento é a universidade inserida. Eu acho que a universidade ela serve pra dar uma assessoria aos movimentos, não pra ser o movimento. Isso está ocorrendo na cidade, com vários segmentos que têm por aí, né, até no Plano Diretor isso está bastante comum, né, então, não se cria liderança, por que as lideranças não conseguem sobressair, quando tem um grupo mais forte, né, e consegue abafar [...]. (Avaré)

Partindo de uma leitura diferenciada dos demais sujeitos entrevistados, sobre os movimentos sociais, Apoema acaba fazendo um balanço sobre as trajetórias e as formas de mobilização dos mesmos. Entretanto, cabe ressaltar que a leitura que Apoema faz acerca do contexto de Florianópolis, bem como do movimento social dos sem-teto é apreendida a partir dos sentidos e percepções produzidas pela sua experiência, ou seja, ao tempo de suas vivências e de suas práticas enquanto um sujeito político atuante nos espaços institucionais de Florianópolis:

o movimento é como se fosse uma erva-daninha [...] Aqui em Florianópolis. Eu, eu comparo assim: é uma erva daninha: pisa! (finge que pisa, bate palma). Acabou! De repente ele surge, numa explosão, né, de uma mobilização, ...mas daonde tava esse povo?, ... Então, é movimento. [...] o movimento sem-teto ele tem isso:

⁴⁵ PETUBA, Rosângela M. da S. Op. cit., p. 93.

ele vai indo, né, e aí o capitalismo, a especulação imobiliária vai empurrando, empurrando, empurrando, chega uma hora que ele reacende, e reacende com muita força. E isto faz parte... da história, né[...] O movimento sem-teto também é isso. Ele hoje ele tá num momento de organização, ainda, sem muita expressão, mas tá aí, né, porque, gente sem casa tem. A especulação imobiliária tem. Não é por falta de moradia. Você pegar hoje... o Diário Catarinense. Olhar a quantidade de imóveis vazios que tem, dá pra resolver tudo! Não é por falta de moradia que o povo não tem onde morar, moradia tem, agora, o acesso a ela é que é o problema. [...]. Se a gente ocupasse todos os imóveis vazios, que tem o Brasil, nós não precisávamos lutar por uma casa sequer. Agora, o acesso à ela por conta de uma circulação, de um modelo de capital... aí... faz com que hoje nós registramos... sete milhões de sem-teto. (Apoema)

Petuba assinala que “o viver a cidade e na cidade constitui-se em experiências de reconhecimento de espaços, de alternativas, de mudanças, de práticas de formação de sujeitos políticos”.⁴⁶ Com base disso, tem-se que o pano de fundo dos processos de luta e mobilizações pelo direito à moradia, refere-se ao direito à cidade, posto que os discursos dos sujeitos apontam, justamente, no sentido de que não basta apenas ter um teto para se viver. A questão habitacional, enquanto parte da vida urbana “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade”.⁴⁷

Contudo, ao percorrermos os caminhos metodológicos da história oral do tempo presente, para a realização daquela pesquisa, que culminou neste artigo, foi-nos possibilitada a aproximação do cotidiano e da memória de parte dos atores sociais que participaram do movimento dos sem-teto, em Florianópolis. Sabemos, entretanto, que trabalhar com depoimentos orais

⁴⁶ Idem, p. 76.

⁴⁷ LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004, p.15.

não deixa de ser problemático, uma vez que, a lembrança diz respeito ao passado, e ao ser contada, a memória atualiza-se sempre a partir do presente. Assim, os relatos de vida estão sempre contaminados por vivências que lhes são posteriores, e conseqüentemente, são carregadas de significados e avaliações que têm como centro o momento da rememoração. Sendo o passado uma invenção do presente, há que se considerar que as lembranças não são falsas ou verdadeiras, apenas contam o passado por meio dos olhos de quem as vivenciou. Dessa forma, o presente age como filtro, selecionando pedaços de recordações, recuperando-as do esquecimento. Para os fins deste trabalho, não nos interessou de imediato a veracidade ou não dos fatos que foram narrados, e sim, a utilização dos relatos de vida, na medida em que eles possibilitaram o alargamento da compreensão sobre o período, revelando-nos significados adstritos à subjetividade de cada expositor. A partir de um olhar histórico sobre as questões da vida urbana, entendemos que as narrativas e experiências que emergiram do processo de luta e mobilizações empreendidas pelos sujeitos que participaram do movimento social dos sem-teto, possibilitam-nos apreender diferentes significações acerca dos modos de se ver e viver a cidade, transmutando a visão macro de sociedade e Estado, por meio da escuta de pessoas que romperam o silêncio em suas ações individuais e coletivas.

Recebido em novembro de 2010.

Aprovado em abril de 2011.